Vereador destaca que Pato Branco pode perder recursos por não regularizar previdência

Cristina Vargas
cristina@diariodosudoeste.com.br

O vereador Claudemir Zanco (PL) utilizou o espaço do grande expediente, na sessão da Câmara Municipal de Pato Branco, dessa quarta-feira (7), para explanar sobre a situação da PatoPrev, que é o sistema previdenciário dos servidores públicos municipais.

Na semana passada, a Casa de Leis rejeitou, por sete votos a quatro, em segunda votação, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 1, de 2021, de autoria do Executivo, que estabeleceria regras para o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Pato Branco, de acordo com a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

De acordo com o projeto, a proposta visava estabelecer novas regras de funcionamento da Previdência Social, tendo por premissa a busca da sustentabilidade do atual Sistema Previdenciário Municipal, além da construção de um modelo que poderia ser sustentável no futuro, garantindo novos aposentados e pensionistas pela PatoPrev.

Na oportunidade, os vereadores que votaram contra a emenda alegaram que não tiveram tempo hábil para analisar a matéria com a devida atenção que o tema exige, já que o objetivo é resolver a situação sem prejuízos para os servidores, nem para o Município. Também, que há falta de esclarecimentos e que estão abertos a retomar o debate.

Na sequencia o Município se pronunciou através de nota afirmando que encara a situação com muita preocupação e que se encontra impedido de reapresentar o projeto, "uma vez que o próprio diploma legal prevê que a matéria reprovada em plenário não poderá ser reapresentada novamente, na mesma sessão legislativa, pelo mesmo autor". E afirmou que somente os vereadores, em maioria absoluta, poderão reapresentar o projeto.

Na terça-feira (6) os vereadores contrários emitiram uma nota de esclarecimento, onde responderam a manifestação do Executivo Municipal.

Verbas públicas

Diante da discussão, o vereador Zanco utilizou o espaço do grande expediente, nessa quarta-feira, para explanar sobre a situação.

Zanco destacou o fato de que o Município pode perder verbas públicas, caso a situação da PatoPrev não seja regularizada. Também solicitou ao prefeito Robson Cantu que reenvie a Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 1, de 2021, que estabelece regras do Regime Próprio da Previdência Social do Município.

ASSESSORIA/CMPB



A sessão ocorreu na tarde dessa quarta-feira (7)

"Nós, como vereadores, também precisamos rever o nosso voto, porque aqui dentro vamos dizer que não tivemos tempo para estudar a matéria, mas lá fora o cidadão vai falar que era obrigação nossa de rever, observar, estudar, tirar tempo, se dedicar, por que se por acaso perdermos um real de uma obra pública, por não ter o certificado da previdência, eu não quero ser culpado por isso, e espero que nenhum dos senhores", enfatizou.

Ação Civil Pública

O vereador lembrou que ainda no ano passado a matéria foi debatida no Legislativo, mas que não foi resolvida. Citou também que a APP Sindicato entrou com uma Ação Civil Pública, no Tribunal de Justiça, com tutela de urgência pedindo que o projeto fosse retirado de discussão, alegando que seria injusto cobrar 14% de todos os colaboradores.

"Nós concordamos com isso. Ruim para quem ganha pouco ter de pagar 14%, igual a quem ganha o teto do município. A juíza afirmou que não via nenhuma irregularidade no projeto e indeferiu a tutela de urgência. Ela destacou também que esse percentual de 14% deveria se aplicar a tabela progressiva, 'porque grande parte dos trabalhadores encontram-se na faixa salarial mais baixa e seriam afetados e prejudicados'. Nós, aqui no plenário, concordamos, mas não podíamos prevaricar, porque é uma emenda na Constituição, é uma obrigação de lei de todos os municípios, e a prefeitura de Pato Branco assumiu, junto ao Tribunal de Justiça, de criar o fundo. Nós criamos, e agora temos a obrigação de atualizá-lo. A APP recorreu novamente, mas como foi derrubado o projeto de lei no Legislativo perdeu-se o objeto da ação", destacou.

Prejuízo

O vereador ressaltou que atualmente quem for se aposentar no PatoPrev estará se aposentando em uma regra que não é a legal hoje, no tempo e na idade que não é a que está estabelecida pelo governo Federal.

"O fundo do Pato Prev está tendo prejuízo e precisamos rever isso. O que me chamou a atenção foi que o município de Joinville começou a perder recursos, por não ter a negativa, o certificado da previdência. Então, peço aos senhores, que se o município de Pato Branco não apresentar proposta até a próxima quarta-feira, que esse plenário apresente, e reabrimos a discussão", finalizou.

MAIS TRABALHO MAIS PARANÁ
Agência do Trabalhador

VAGAS EM PATO BRANCO

ALINHADOR DE DIREÇÃO
ANALISTA DE MERCADO
AUXILIAR DE ALMOXARIFADO
AUXILIAR DE OPERAÇÃO
AUXILIAR TÉCNICO DE MONTAGEM
CHAPEADOR METALÚRGICO
FERRAMENTEIRO
MECÂNICO
OPERADOR DE SERRA AUTOMÁTICA
OPERADOR ELETROMECÂNICO
SERRALHEIRO
TÉCNICO EM ELETROMECÂNICA
TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE BALANÇAS
TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA
VENDEDOR PRACISTA

Os interessados devem comparecer na Agência do Trabalhador, Travessa Santo Cola, 102, Baixada

Última hora

Pandemia aumentou estresse em profissionais de saúde, afirma pesquisa

Agência Brasil

Pesquisa inédita realizada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) junto a 1.600 médicos cadastrados nos conselhos regionais (CRMs), entre setembro e dezembro de 2020, revelou aumento do nível de estresse de profissionais da área de saúde.

Segundo 22,9% dos consultados, o principal impacto sobre os níveis de estresse é a pandemia do novo coronavírus. Os médicos que participaram da sondagem atuam nos setores público (22%), privado (24%) ou em ambos (54%). São homens e mulheres com idade média de 49 anos, dos quais a maior parte atua no Sudeste (53%), Nordeste (21%) e Sul (16%). Outros 6% trabalham em unidades de saúde do Centro-Oeste e 5% no Norte do país.

Para a grande maioria dos médicos (96%), a pandemia afetou sua vida pessoal ou profissional. Lidar com um vírus desconhecido provocou sensação de medo ou pânico em 14,6% dos entrevistados; redução do tempo dedicado às refeições, família e lazer (14,5%); comprometimento de horas de descanso e do nível da qualidade do sono (7,6%).

Segundo análise do CFM, esses fatores podem ter consequências no bem-estar desses profissionais, agravando quadros de depressão e, até, levando ao aparecimento da síndrome de burnout - doença psicológica causada pelo excesso de trabalho.

Ao mesmo tempo, 13% dos entrevistados relataram que o novo cenário reforçou seu compromisso com a medicina e com a saúde da população; fortaleceu sua imagem como médico diante da comunidade (6,2%); melhorou sua relação com os pacientes e outros profissionais de saúde (4,7%); e estimulou a aproximação com as entidades médicas (3,7%).

Desafios

Cerca de 88% dos médicos ouvidos pela pesquisa afirmaram acreditar no aparecimento de novas epidemias nos próximos anos. Para enfrentar esses desafios, 15% deles defenderam a valorização dos médicos e outros profissionais da saúde, com a criação de carreiras específicas; outros 15% acreditam na priorização de pesquisas científicas e desenvolvimento de tecnologias e produção de insumos estratégicos.

Outra prioridade apontada pelos profissionais ouvidos pela autarquia foi a necessidade de maior investimento público em saneamento básico (15%) e saúde (11,4%), além do fortalecimento da atenção básica (13%) e reforço no sistema de vigilância sanitária em portos, aeroportos e grandes eventos (12,3%). O aparelhamento de hospitais e centros de saúde e a ampliação da oferta de leitos de internação e de UTI foram apontados como urgentes por 10,6% e 8,6% dos entrevistados, respectivamente.

Conselho Tutelar pede ajuda ao Legislativo

CMPB



O presidente do Conselho Tutelar, Altair Pinto de Lima, participou da sessão da Câmara no dia 7 de abril

Cristina Vargas
cristina@diariodosudoeste.com.br

O presidente do Conselho Tutelar de Pato Branco, Altair Pinto de Lima, esteve na Câmara Municipal na sessão ordinária do dia 7 de abril, convidado pela vereadora Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera (PV).

Ele aproveitou a oportunidade para pedir ajuda aos vereadores para resolver um problema sério pelo qual o Conselho Tutelar vem passado, que é a falta de um motorista e de um secretário, o que vem causando vários transtornos aos conselheiros.

Lima também apresentou o plano de ação do conselho e falou sobre a aplicabilidade do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), atendimentos, protocolo de abordagem ao menor, entre outros assuntos.

Ele ressaltou que o conselho é formado por cinco membros, eleitos pelo voto da comunidade, que trabalham ininterruptamente em sistema de plantão. Porém, como estão sem secretário, o trabalho dos conselheiros acaba se estendendo por mais tempo. Isso porque após o plantão do fim de semana, ainda é preciso passar as ocorrências do plantão na segunda-feira, e o conselheiro acaba trabalhando até próximo ao meio-dia, quando na verdade estaria de folga na segunda-feira. Nesse caso, segundo Lima, o conselheiro chega a trabalhar cerca de 48 horas.

A necessidade de um secretário, conforme Lima, é para que se mantenha a organização das ocorrências e o atendimento ao público que procura o Conselho Tutelar, pois esse trabalho está sendo realizado pelos próprios conselheiros, que já têm suas atribuições estabelecidas pelo artigo 136 do ECA e estão sobrecarregados.

Lima salientou também que o melhor seria que o secretário fosse alguém concursado, porque ficaria fixo no conselho, já que a cada eleição entram novos conselheiros, e com o secretário fixo ele poderia orientar os novos conselheiros para dar continuidade ao trabalho.

O presidente do Conselho Tutelar ressaltou que os conselheiros não podem fazer nada mais além do que está estabelecido no artigo 136 do ECA, porém são cobrados pela sociedade por ações que não competem a eles.

Falta de motorista

Lima lembrou que o Conselho Tutelar existe há cerca de 30 anos e que já faz cinco anos que está sem motorista. Isso, de acordo com ele, está causando muitos problemas para os conselheiros, porque durante os plantões acabam tendo que ir sozinhos nas ocorrências, colocando a vida em risco em muitas situações.

Ele contou um fato recente, quando em atendimento de uma ocorrência, precisou se dirigir a uma residência, no período da noite, e socorrer uma mãe com duas bebês gêmeas, especiais, de 20 dias de vida, sendo que uma delas tinham problemas de saúde e estava com tubos. A mãe estava sendo ameaçada pelo pai das crianças.

Ao socorrer mãe e filhas, o pai saiu em perseguição ao veículo do Conselho Tutelar e Lima teve que trafegar em alta velocidade pelas ruas de Pato Branco, até o Batalhão de Polícia Militar. Ele contou que a mulher, muito assustada, falava que o homem iria mata-los, e ele estava sozinho para atender o caso.

Lima pediu apoio à Casa de Leis para solucionar as demandas do conselho, junto ao Executivo Municipal. Caso contrário poderá ser cogitada a hipótese de encostarem os carros do Conselho Tutelar e enviarem uma carta à imprensa explicando o porquê estariam atendendo somente de forma interna, na sede do conselho, e no plantão.

Vacina

Também solicitou que os conselheiros fossem considerados prioridade no calendário de vacinação contra a covid-19, já que estão sempre atendendo junto à comunidade, correndo o risco de contaminação, e vários conselheiros já perderam a vida em decorrência da pandemia, pelo país.

A assessoria de comunicação da Câmara informou nessa terça-feira (13) que a vereadora Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera (PV), que convidou Lima para explanar na Câmara, tem intenção de formalizar as demandas apresentadas, porém ainda estuda a legalidade do que pode ser feito.

adi Pelo Paraná

Da Redação ADI-PR Curitiba jornalismo@adipr.com.br

Vacinação no Paraná

O chefe da Casa Civil, Guto Silva, destaca a celeridade da aplicação da vacina contra a covid-19. "A vacinação no Paraná caminha a passos largos, cerca de 95.2% das doses recebidas já foram aplicadas. Esse resultado só foi possível graças a parceria com as secretarias municipais de saúde e a Sesa. O Paraná já vacinou proporcionalmente mais que a França, Portugal e Itália. São ao todo mais de1,6 milhão de aplicações. Estamos na expectativa de receber, ainda essa semana, mais um lote de vacina", disse Guto.

Aprovado!

O general Joaquim Silva e Luna, ex-presidente da Itaipu, foi aprovado para integrar o conselho de administração da Petrobras. O aval abre caminho para que ele se torne presidente da estatal. O nome de Silva e Luna foi analisado em assembleia geral extraordinária (AGE) realizada na segunda-feira (12). No encontro, também foi confirmada a destituição de Roberto Castello Branco.

Aprovado II!

Segundo fontes do conselho, a reunião do novo Conselho de Administração — que elegerá o presidente da estatal — ainda não tem data definida, mas deve ocorrer ainda nesta semana. Até a confirmação do novo presidente, Carlos Alberto Pereira de Oliveira, atual Diretor Executivo de Exploração e Produção, vai exercer interinamente a presidência da Petrobras.

Capacita Foz

Em Foz do Iguaçu, a usina de Itaipu vai ampliar o público-alvo do Capacita Foz de 150 para 1,5 mil profissionais do turismo, um dos mais atingidos pela pandemia da covid-19. A iniciativa é da Comunicação Social e do setor de Turismo da Itaipu por meio de um convênio com o Instituto Polo Internacional Iguassu. Para o programa que terá duração de dois anos serão aportados R$ 3.329.400,00 com bolsa de estudo no valor de R$ 550 mensais.

Projeto- Piloto

A Prefeitura de Cascavel, no oeste do Paraná, iniciou um projeto-piloto para estudar medidas preventivas contra o coronavírus na cidade. O projeto prevê a intensificação de ações, como testagem em massa na região da cidade mais afetada pela pandemia. Serão cerca de 300 testes diários, segundo a prefeitura.

Projeto-Piloto II

No dia 19 de abril, turmas selecionadas da Escola Professora Maria Aparecida Fagnani Soares e de dois CMEIs do bairro Floresta em Cascavel, também retornarão às atividades presenciais para um teste sobre a eficácia das medidas no ambiente escolar.O objetivo é estudar as práticas mais eficientes no combate à pandemia para replicar no restante da cidade e nas demais escolas municipais.

Investimento

Com a demanda de aço aumentando no país, a empresa de origem argentina, Barbieri (fabricante de perfis de aço galvanizado para a construção civil) anunciou que investirá R$ 12 milhões na ampliação de sua planta industrial no Brasil, localizada em Almirante Tamandaré. Com o investimento, a planta da filial brasileira deve dobrar de tamanho, chegando a 8,8 mil metros quadrados. Até o final de 2021, a empresa pretende crescer 20%.

Coluna publicada simultaneamente em 22 jornais e portais associados. Saiba mais em www.adipr.com.br



